

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

A grande contração do financiamento

ABR
2023



Estudos económicos e financeiros

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

A grande contração do financiamento

**ABR
2023**



Copyright ©2023 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de serviços e equipamentos integrados do FMI

Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa: the big funding squeeze.

Other titles: Sub-Saharan Africa : the big funding squeeze. | World economic and financial surveys.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2023. | World economic and financial surveys. | Apr. 2023. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9798400235641 (English Paper)

9798400235771 (English ePub)

9798400236044 (English Web PDF)

9798400237980 (Paper)

9798400238000 (ePub)

9798400238031 (Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R4456 2023

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430

F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

IMFbookstore.org

elibrary.IMF.org

Todas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>

Índice

Agradecimentos	v
Grupos de países	vi
Pressupostos e convenções	vii
Sumário executivo	1
A grande contração do financiamento	3
Evolução recente: Fatores na origem de uma crise de financiamento	4
Perspetivas de recuperação a duas velocidades em 2024	7
Quatro grandes prioridades em termos de políticas	9
Conclusão	16
Referências	19
Apêndice estatístico	20

FIGURAS

Figura 1. África Subsariana: Diferenciais das obrigações soberanas, 2021–2023	4
Figura 2. África Subsariana: Rácio pagamento de juros/receitas públicas, excluindo donativos	5
Figura 3. África Subsariana: Fontes de financiamento	5
Figura 4. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2023	6
Figura 5. PIB real <i>per capita</i> , 2019–2024	7
Figura 6. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2022–2024	8
Figura 7. África Subsariana: Reembolsos de Eurobonds, 2023–2025	10
Figura 8. África Subsariana: Rácio da dívida no final de 2022 e necessidades de ajustamento orçamental	10
Figura 9. África Subsariana: Fatores de variação do rácio da dívida pública entre o final de 2012 e o final de 2022	11
Figura 10. África Subsariana: Inflação mediana, dezembro de 2021–fevereiro de 2023	12
Figura 11. África Subsariana: Variação das taxas de juro diretoras e da inflação	13
Figura 12. África Subsariana: Taxa de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos	14
Figura 13. Fluxos de financiamento da ação climática para a África Subsariana, 2020	15

QUADROS

África Subsariana: Grupos de países	vi
África Subsariana: Países membros de grupos regionais	vi
África Subsariana: Abreviaturas dos países	vii

QUADROS ESTATÍSTICOS

AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média	21
AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	22
AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	23
AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	24

Agradecimentos

A edição de abril de 2023 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Wenjie Chen, sob a supervisão de Luc Eyraud e Catherine Pattillo.

A equipa foi composta por Hany Abdel-Latif, Anna Belianska, Marijn Bolhuis, Balazs Csonto, Cleary Haines, Saanya Jain, Laurent Kemoé, Hamza Mighri, Saad Quayyum, Moustapha Mbohou Mama, Pritha Mitra, Henry Rawlings, Ivanova Reyes, Andrew Tiffin e Qianqian Zhang.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Yao Nourdine Ouattara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

Grupos de países

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícias	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Tanzânia	Moçambique	Maurícias	Níger	Rep. Dem. do Congo
	Zâmbia	Quénia	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
	Zimbabué	São Tomé e Príncipe	Quénia	Rep. Dem. do Congo	Sudão do Sul
		Seicheles	Rep. Dem. do Congo	Ruanda	Zimbabué
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Serra Leoa	
		Togo	Seicheles	Sudão do Sul	
		Uganda	Senegal	Tanzânia	
			Zâmbia	Togo	
				Uganda	
				Zimbabué	

1 Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations, FY2023*.

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	*Quénia	Angola	Botsuana	Burkina Faso
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Ruanda	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Tanzânia	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	República	Etiópia	*Uganda	Essuatíni	Namíbia	Gâmbia
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Gana
Senegal	República do Congo	Maláui		Madagáscar		Guiné
Togo		Maurícias		Maláui		Guiné-Bissau
		Quénia		Maurícias		Libéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Nigéria
		Uganda		Seicheles		Senegal
		Zâmbia		Tanzânia		Serra Leoa
		Zimbabué		Zâmbia		Togo
				Zimbabué		

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011–2012 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, Exercício 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

África Subariana: Abreviaturas dos países

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quénia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Sumário executivo

A **contração do financiamento atingiu duramente a região**. A persistência da inflação mundial e a implementação de políticas monetárias mais restritivas conduziram a custos de financiamento mais elevados nos países da África Subsaariana e exerceram maior pressão sobre as taxas de câmbio. Com efeito, nenhum país tem podido emitir uma Eurobond desde a primavera de 2022.

A **contração do financiamento agrava uma tendência prolongada que se verifica há já vários anos**. Os encargos com juros da dívida pública estão a aumentar devido a uma maior dependência do dispendioso financiamento baseado no mercado, em conjunto com uma redução a longo prazo dos orçamentos de ajuda ao desenvolvimento.

A **falta de financiamento afeta uma região que já enfrenta elevados desequilíbrios macroeconómicos**. A dívida pública e a inflação situam-se em níveis que não se verificavam há décadas, com uma inflação de dois dígitos em metade dos países - o que reduz o poder de compra das famílias, prejudica fortemente os mais vulneráveis e agrava as pressões sociais. As estimativas sugerem que 132 milhões de pessoas se encontravam em situação de insegurança alimentar aguda em 2022.

Esta situação travou a recuperação económica. O crescimento na África Subsaariana diminuirá para 3,6% em 2023. Num ambiente de abrandamento mundial, espera-se que a atividade desacelere pelo segundo ano consecutivo. Ainda assim, este valor global oculta variações significativas em toda a região. Este ano, muitos países registarão uma ligeira retoma do crescimento, em especial as economias pobres em recursos naturais, mas a média regional será prejudicada por um crescimento lento em algumas das principais economias, como a África do Sul.

A **contração do financiamento afetará também as perspetivas regionais a mais longo prazo**. A escassez de financiamento pode obrigar os países a reduzir os recursos destinados a setores de desenvolvimento críticos, como a saúde, a educação e as infraestruturas, enfraquecendo o potencial de crescimento da região.

Quatro prioridades em termos de políticas podem ajudar a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos no contexto das atuais limitações de financiamento:

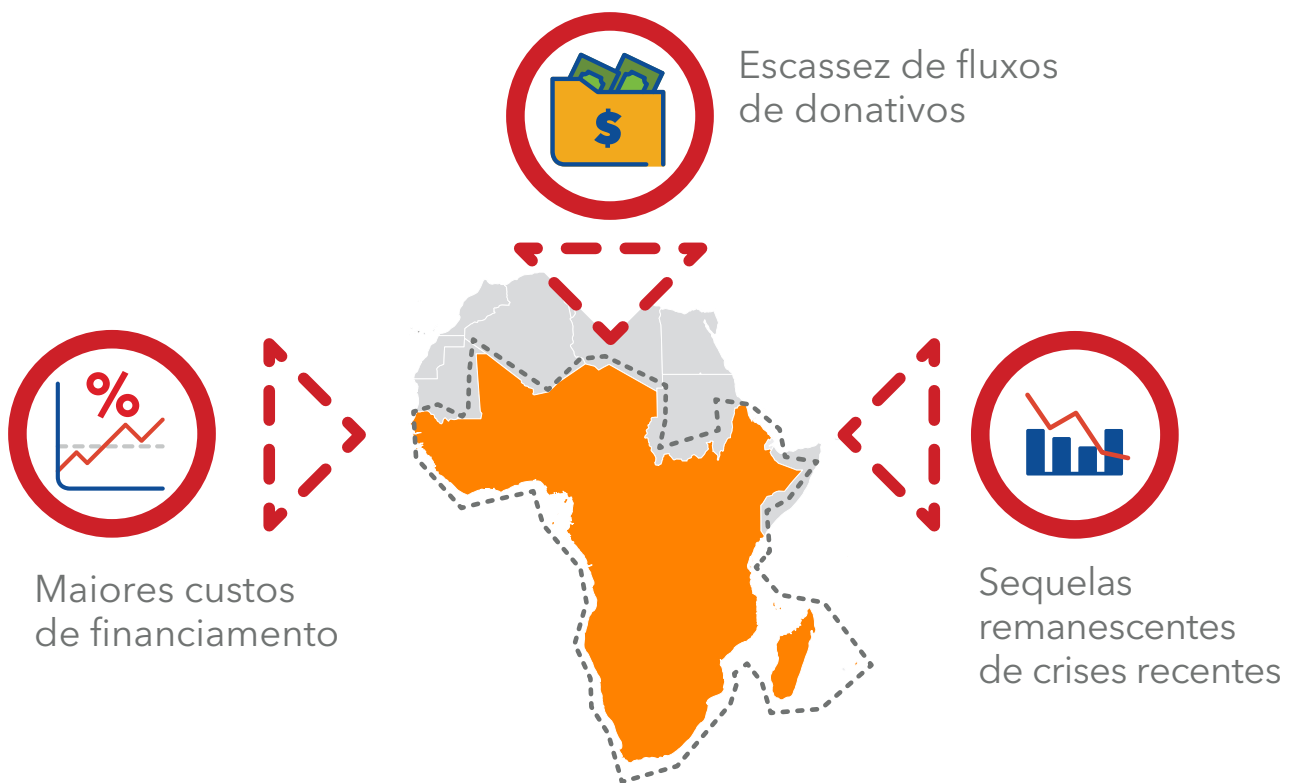
- **Consolidar as finanças públicas e reforçar a gestão das finanças públicas num contexto de condições de financiamento difíceis**. Para tal, as autoridades deverão continuar a mobilizar as receitas, melhorar a gestão dos riscos orçamentais e gerir a dívida de forma mais proativa. A assistência internacional continua também a ser essencial para atenuar as restrições de financiamento dos governos. Para os países que necessitam de reformular ou reestruturar a dívida, é imperativo que elaborem um quadro de resolução da dívida eficaz para criar espaço orçamental.
- **Conter a inflação**. A política monetária deve ser executada com prudência até que a inflação adote uma trajetória claramente descendente e as projeções da inflação regressem ao intervalo definido pelo banco central.
- **Permitir um ajustamento da taxa de câmbio, mitigando simultaneamente os efeitos adversos das depreciações cambiais na economia**, tal como o aumento da inflação e da dívida.
- **Assegurar que as medidas importantes implementadas para financiar e abordar as alterações climáticas não colocam em segundo plano o financiamento destinado a setores essenciais**, como a saúde e a educação. O financiamento da ação climática disponibilizado pela comunidade internacional deve somar-se aos atuais fluxos de ajuda.

Notas das Perspetivas Económicas Regionais. Foi elaborado um conjunto separado de notas analíticas sobre determinados tópicos de interesse atual. As notas redigidas no âmbito desta edição são as seguintes: “Fragmentação geoeconómica: África Subsariana presa entre fragilidades” mostra que a África Subsariana é a região que mais tem a perder num mundo muito fragmentado e sublinha a necessidade de reforçar a resiliência. “Gerir as pressões cambiais na África Subsariana - adaptar-se às novas realidades” descreve os fatores impulsionadores e as consequências das recentes pressões cambiais e discute as políticas destinadas a atenuar o impacto nas economias da região. “Colmatar o fosso: A África Subsariana e o financiamento da ação climática em condições concessionais” considera a necessidade crítica de financiamento em condições concessionais para ajudar a região a fazer face às alterações climáticas e explora as formas de mobilização de fluxos adicionais.

A grande contração do financiamento

A confluência de taxas de juro mundiais mais altas, diferenciais elevados da dívida soberana e depreciações da taxa de câmbio, entre outros fatores, criou uma contração do financiamento em muitos países da África Subsaariana. Este desafio vem juntar-se às dificuldades de políticas decorrentes das ramificações da pandemia de COVID-19 e da crise do custo de vida. Tendo em conta estas considerações, a atividade económica na região permanecerá moderada em 2023, com um crescimento de 3,6% antes de recuperar para 4,2% em 2024. Esta projeção baseia-se numa recuperação económica mundial, numa diminuição da inflação e na redução da restritividade da política monetária.

Contração do financiamento na África Subsaariana



Evolução recente: Fatores na origem de uma crise de financiamento¹

Fatores conjunturais agravaram a já difícil situação de financiamento da África Subsaariana...

As opções de financiamento da região deterioraram-se significativamente ao longo do último ano. A aceleração da restritividade da política monetária mundial, desencadeada pelo rápido aumento da inflação mundial após o início da guerra da Rússia na Ucrânia, conduziu a taxas de juro mais elevadas a nível mundial e a maiores custos de financiamento para os países da África Subsaariana, tanto nos mercados nacionais como nos mercados internacionais.

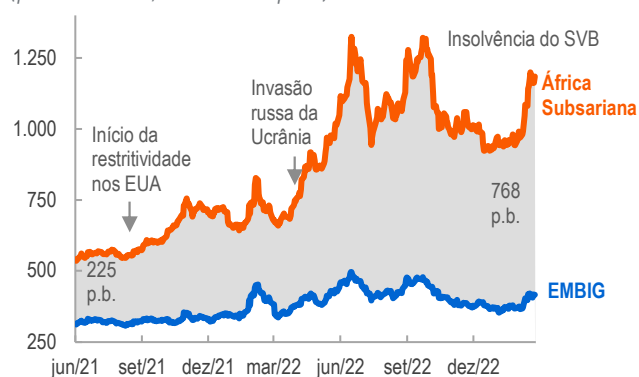
Os diferenciais das obrigações soberanas na África Subsaariana aumentaram em flecha (Figura 1), sendo agora três vezes superiores à média dos mercados emergentes desde o início do ciclo mundial de restritividade da política monetária. As taxas de juro mais elevadas das obrigações do Tesouro dos Estados Unidos e a procura de ativos seguros num contexto de incerteza mundial provocaram o aumento da taxa de câmbio efetiva do dólar dos Estados Unidos para um máximo histórico de 20 anos em 2022, elevando o valor da dívida denominada em dólares e dos pagamentos de juros denominados nesta moeda. No seu conjunto, estes fatores agravaram os custos de financiamento externo da região.

A maior incerteza no contexto da pandemia e da guerra na Ucrânia também conduziu a uma reavaliação dos riscos, afetando desproporcionadamente os países da África Subsaariana devido a notações de crédito mais baixas, impedindo praticamente todos os mercados de fronteira de aceder aos mercados internacionais desde a primavera de 2022.² Mais especificamente, as emissões de Eurobonds na região diminuíram de 14 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em 2021 para 6 mil milhões de dólares no primeiro trimestre de 2022.

Isto traduziu-se num aumento drástico e pró-cíclico da restritividade das condições de financiamento, que agravou as vulnerabilidades subjacentes. Os custos de financiamento aumentaram significativamente ao longo da última década, tendo o rácio dos pagamentos de juros sobre as receitas duplicado ao longo do mesmo período. Representando 11% das receitas, excluindo os donativos para o país mediano da África Subsaariana em 2022, os pagamentos de juros são cerca de três vezes superiores à média das economias avançadas (Figura 2). As mudanças estruturais subjacentes a este aumento dos custos de financiamento incluem uma diminuição dos orçamentos de ajuda à região, o que levou alguns países a recorrer a financiamento baseado no mercado, que é mais caro (Figura 3). A maior integração nos mercados internacionais de dívida e o aprofundamento dos mercados financeiros nacionais também facilitaram a contratação de mais dívida privada interna e externa em condições não concessionais. Por último, os fluxos de entrada de capital provenientes da China, apesar de terem constituído durante algum tempo uma fonte significativa de financiamento, diminuíram acentuadamente no período mais recente.

Figura 1. África Subsaariana: Diferenciais das obrigações soberanas, 2021-2023

(pontos base, média simples)



Fonte: Bloomberg Finance L.P.

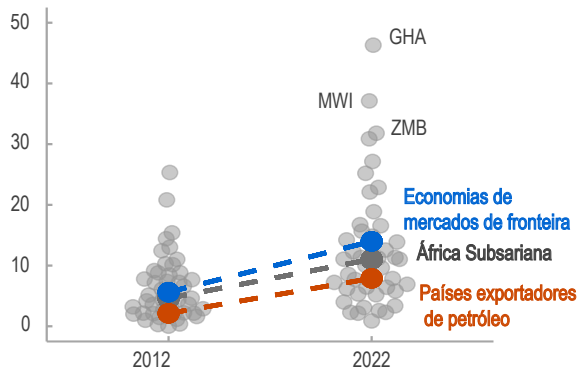
Nota: a África Subsaariana inclui África do Sul, Angola, Côte d'Ivoire, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Moçambique, Namíbia, Nigéria e Senegal. EMBIG = índice mundial de obrigações dos mercados emergentes da J.P. Morgan.

¹ Para mais informações sobre a origem da crise de financiamento na África Subsaariana, consultar também [Selassie 2023](#).

² Embora os mercados de fronteira representem apenas um terço dos países, totalizam 60% do PIB da região e 60% da população total.

Figura 2. África Subariana: Rácio pagamento de juros/receitas públicas, excluindo donativos

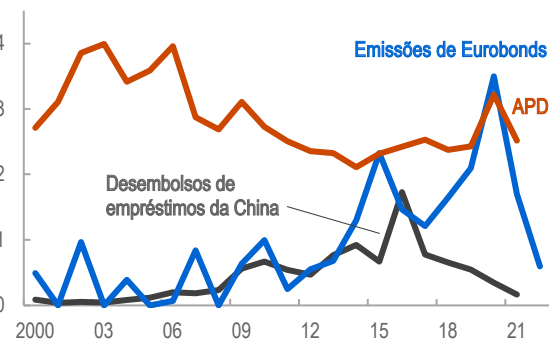
(em percentagem, mediana)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.
Nota: ver as páginas vi e vii para consultar as abreviaturas e grupos de países.

Figura 3. África Subariana: Fontes de financiamento

(em percentagem do PIB regional)



Fontes: Bloomberg Finance, L.P.; Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, OECD.stat; e Banco Mundial, *Estatísticas de Dívida Internacional*.

Nota: APD = Ajuda pública ao desenvolvimento.

...para além das consequências dos choques plurianuais...

A contração do financiamento surge no momento mais infeliz, uma vez que a região enfrenta **grandes desequilíbrios económicos**. Na sequência da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia, os desequilíbrios macroeconómicos voltaram a constituir um grande desafio para a maioria dos países africanos e estão a empurrá-los ainda mais para o limiar ([Selassie 2022](#)).

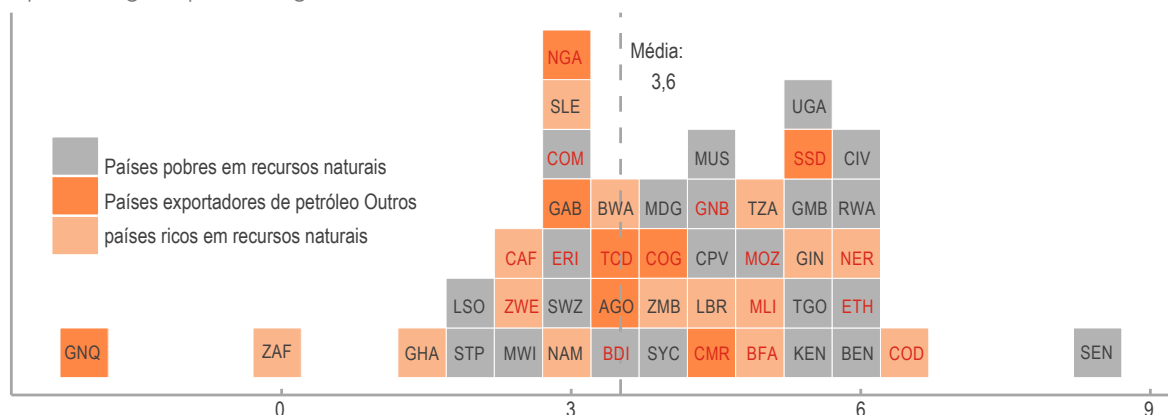
A inflação permanece elevada e volátil. A taxa de inflação mediana na região era de cerca de 10% em fevereiro de 2023, um valor quase duas vezes superior ao registado no início da pandemia. Para além de se registar uma inflação global de dois dígitos em cerca de metade dos países da região, aproximadamente 80% desses países apresentavam também uma inflação de dois dígitos nos produtos alimentares em fevereiro. No entanto, a pressão sobre os preços dos combustíveis diminuiu recentemente, com os preços internacionais a caírem até 30% entre o pico registado em meados de 2022 e o final de 2022, proporcionando algum alívio para os países da região. Aproximadamente metade dos países já indicou uma desaceleração da inflação nos últimos meses, mas registaram-se também ressurgimentos e, uma vez que os subsídios aos combustíveis e aos produtos alimentares estão a ser gradualmente eliminados este ano (nos Camarões, na República Centro-Africana, na Etiópia, no Senegal), é provável que a inflação se mantenha volátil ao longo de 2023. Alguns países também enfrentaram pressões para rever os salários da função pública em alta no segundo semestre de 2022 devido ao aumento do custo de vida desencadeado pela subida dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis (Camarões, Mali, Ruanda, Gâmbia).

A dívida pública em percentagem do PIB é relativamente elevada. O rácio da dívida pública da África Subariana, que se situou em 56% do PIB em 2022, atingiu níveis registados pela última vez no início da década de 2000. Desde a pandemia, o aumento da dívida tem sido impulsionado pelo agravamento dos défices orçamentais devido à sobreposição de crises, a um crescimento mais lento e a depreciações cambiais. Os elevados níveis de dívida pública suscitaram preocupações quanto à sustentabilidade da dívida, com 19 dos 35 países de baixo rendimento da região já em situação de sobre-endividamento ou a enfrentar um risco elevado de sobre-endividamento em 2022 – uma situação que permanece inalterada desde a publicação da edição de [outubro de 2022 das Perspetivas Económicas Regionais: África Subariana](#).

Em 2022, a maioria das moedas da região depreciou-se face ao dólar dos Estados Unidos. Nos países que já se debatem com uma inflação elevada, o enfraquecimento da moeda em relação ao dólar agravou ainda mais a situação, uma vez que a região é altamente dependente das importações com uma parte significativa das mesmas faturadas em dólares. As depreciações cambiais também contribuíram para o aumento da dívida

Figura 4. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2023

(em percentagem, países frágeis a vermelho)

Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: ver as páginas vi e vii para consultar as abreviaturas e grupos de países.

das administrações públicas, tendo em conta que, em 2021, cerca de 40% da dívida da África Subsariana era externa. As pressões cambiais diminuirão desde novembro de 2022 (em alguns casos porque já se verificaram depreciações significativas), mas permanecem, contudo, elevadas e voláteis.

...resultando noutra ano de recuperação conturbada...

Tendo em conta este contexto difícil, o crescimento da região diminuirá para 3,6% em 2023, face a 3,9% em 2022, na sequência da forte retoma económica de 2021. Estas perspetivas pouco animadoras na África Subsariana assinalam um abrandamento do crescimento pelo segundo ano consecutivo. Alguns fatores comuns explicam o fraco desempenho do crescimento, tais como a guerra na Ucrânia e a subida das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, que estão a travar a atividade económica mundial e, por conseguinte, a procura de produtos exportados pela região. No entanto, existem grandes variações na região (Figura 4). O Níger, a República Democrática do Congo e o Senegal encontram-se no extremo superior da distribuição do crescimento da região, prevendo-se que a exploração de novas reservas de petróleo e gás aumentem significativamente o crescimento do PIB nesses países. No extremo oposto, a contração económica significativa registada na Guiné Equatorial resulta de um declínio da produção de petróleo. Entretanto, projeta-se que o crescimento da África do Sul desacelere acentuadamente para 0,1% em 2023, influenciado por uma intensificação dos cortes de eletricidade, da fragilidade do ambiente externo e de uma repercussão negativa do abrandamento do crescimento registado no final de 2022.

O setor financeiro da região resistiu relativamente bem. A percentagem de empréstimos não produtivos melhorou ligeiramente para menos de cerca de 7,5% em 2022 face a cerca de 9% do total de empréstimos para o país mediano em 2021. Após uma descida temporária durante a pandemia, a rentabilidade dos bancos regressou à tendência anterior à COVID-19 a partir de meados de 2022. No entanto, a adequação de fundos próprios dos bancos da região diminuiu ligeiramente nos dois últimos anos em relação ao seu máximo antes da pandemia em 2019.

...e comprometendo as perspetivas económicas e de desenvolvimento.

Ao contrário de muitas das principais economias avançadas, os países da África Subsariana dispunham de um espaço orçamental limitado no início da recessão causada pela pandemia, o que dificultou a capacidade de os decisores de política desenvolverem uma resposta eficaz. A pandemia deixou sequelas mais profundas nessas economias, provocando nomeadamente perturbações que afetaram os sistemas de educação. A atual contração do financiamento está a restringir a capacidade de muitos países para combater estas sequelas, o que contribui para uma fraca recuperação económica. Acresce que as autoridades são forçadas a reduzir os recursos destinados

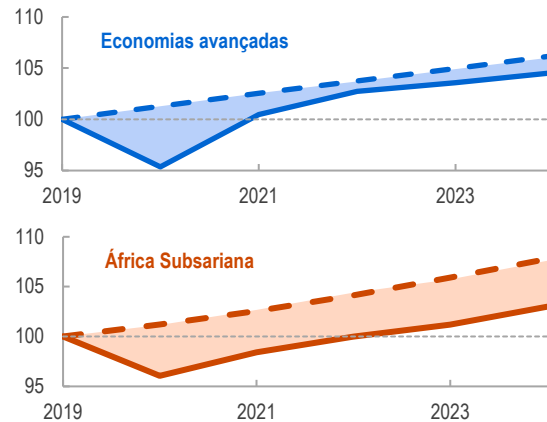
a setores críticos de desenvolvimento, como a saúde, a educação e as infraestruturas, enfraquecendo as perspectivas de crescimento a médio prazo da região. Devido, em parte, a estas razões, **a retoma do crescimento permaneceu difícil**, mantendo-se o PIB *per capita* persistentemente abaixo das tendências anteriores à pandemia (Figura 5).

A falta de espaço orçamental também dificultou a resposta dos países às grandes necessidades sociais, especialmente as dos segmentos mais vulneráveis da população. Um financiamento insuficiente fez com que as autoridades tenham tido dificuldades em aumentar o apoio direcionado quando a região enfrentou um nível recorde de preços elevados dos produtos alimentares, dos combustíveis e dos adubos em 2022. Na verdade, a **crise do custo de vida**

continua a representar uma grande preocupação para os países da África Subsariana, considerando a elevada incidência da pobreza - 35% da população da região vivia com menos de 2,15 dólares por dia em 2019 (segundo os dados mais recentes do Banco Mundial sobre os países de baixo rendimento). Calcula-se que cerca de 132 milhões de pessoas se encontravam em situação de insegurança alimentar aguda em 2022, o que representa uma revisão em alta da estimativa de 123 milhões de pessoas publicada na edição de outubro de 2022 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*.

Figura 5. PIB real per capita, 2019-2024

(2019 = 100, as linhas a tracejado indicam a tendência anterior à crise)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Perspetivas de recuperação a duas velocidades em 2024

Em consonância com a retoma mundial, o crescimento regional aumentará de 3,6% para 4,2% em 2024...

A África Subsariana estará em posição de crescer de 3,6% em 2023 para 4,2% em 2024. **Projeta-se que quase quatro quintos dos países registem uma retoma do crescimento em 2024**, impulsionado pelo aumento do consumo privado e do investimento. Mais importante ainda, a recuperação da África Subsariana está intrinsecamente ligada à evolução mundial, que depende da concretização de **três fatores essenciais**:

- **A atividade económica mundial deverá continuar a recuperar** dos efeitos da guerra na Ucrânia. Tal traduzir-se-á em fatores favoráveis para os países exportadores da região, enquanto a dissipação dos estrangulamentos nas cadeias de abastecimento reduzirá os preços das importações.
- Projeta-se que a inflação mundial registre uma nova descida em 2024. Assim, pressupõe-se **que os principais bancos centrais abrandem o ritmo da sua política monetária restritiva** no segundo semestre de 2023, na medida em que a inflação (excluindo os preços voláteis dos produtos alimentares e energéticos) tem vindo a diminuir de acordo com os dados recolhidos trimestralmente nas principais economias avançadas da região desde meados de 2022, embora a um ritmo mais lento do que a inflação global. Com uma política monetária mais flexível, as pressões sobre as taxas de câmbio e os diferenciais da região deverão diminuir. Contudo, espera-se que as taxas de juro mundiais permaneçam elevadas e muito acima dos níveis anteriores à pandemia.

- **Prevê-se que os preços do petróleo bruto continuem a diminuir** cerca de 6% em 2024 em relação ao ano anterior, à medida que as pressões da procura abrandam. Uma vez que os países importadores líquidos de combustíveis representam dois terços do PIB da região, os preços mais baixos deverão afetar positivamente o crescimento da África Subsariana. Os preços das matérias-primas não petrolíferas deverão manter-se globalmente inalterados.

Existe, obviamente, uma grande heterogeneidade no crescimento entre subgrupos. **Espera-se que a retoma do crescimento seja principalmente impulsionada pelos países pobres em recursos naturais e outros países ricos em recursos naturais** (Figura 6). Prevê-se que os primeiros cresçam 6,2% em 2024 face a 5,7% em 2023, o que reflete economias mais dinâmicas e resilientes – incluindo as da Comunidade da África Oriental – e impulsionadas pela recuperação de atividades não mineiras, incluindo a agricultura. Projeta-se que os países ricos em recursos naturais não petrolíferos também registem fortes retomadas, em alguns casos impulsionadas por novos projetos de mineração (minério de ferro na Libéria e Serra Leoa; matérias-primas de energias renováveis na República Democrática do Congo e no Mali). Na África do Sul, a atividade deverá recuperar em 2024, à medida que a crise energética abranda e o ambiente externo melhora. No entanto, projeta-se que o crescimento dos países exportadores de petróleo desacelere em 2024 para 3,1% em relação a 3,3% em 2023 – devido sobretudo à descida contínua dos preços do petróleo bruto e aos abrandamentos da produção. O crescimento da Nigéria deverá diminuir para 3% no próximo ano.

Em linha com a esperada descida da inflação mundial, **a inflação mediana para a região deverá descer para 5% até ao final de 2024** (em termos homólogos), um valor que continua a situar-se acima dos níveis pré-pandemia, mas que representa metade do valor registado no final de 2022. A África Subsariana é um grande importador de produtos alimentares e energéticos, que representam, em média, 50% do cabaz de consumo da região. Assim, espera-se que o recente início da descida dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis a nível mundial, que deverá prosseguir ao longo deste ano e do próximo, contribua significativamente para o abrandamento da inflação global regional.

...

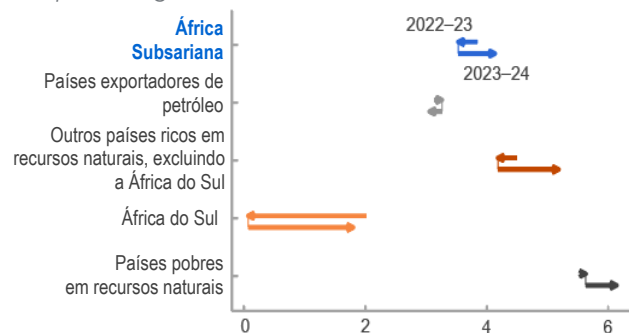
...mas enfrenta riscos significativos em sentido descendente.

As perspetivas para a economia mundial são ensombradas por uma incerteza considerável devido aos múltiplos choques dos últimos anos e às atuais perturbações no setor financeiro. Em comparação com a edição de janeiro de 2023 do *World Economic Outlook*, os riscos de recessão mundial aumentaram, enquanto se mantêm as preocupações quanto a uma inflação persistentemente elevada. Assim, a nível mundial, **os riscos apresentam uma tendência claramente em sentido descendente** (edição de abril de 2023 do *World Economic Outlook*).

A **atual turbulência no setor bancário** das principais economias poderá afetar a região através de vários canais. Uma deterioração da confiança empresarial e dos consumidores poderá **reduzir a atividade nas principais economias avançadas** e repercutir-se nos países africanos através de uma menor procura de importações e de preços das matérias-primas mais baixos. Além disso, embora as condições financeiras nos países da África Subsariana não estejam estreitamente correlacionadas com as dos Estados Unidos ou da Europa, a tensão no setor bancário destas economias poderá, contudo, **aumentar a aversão ao risco a nível mundial**, o que agravará ainda mais a contração do financiamento na região. À semelhança de episódios anteriores de tensão financeira mundial, poderá ocorrer um fluxo generalizado de saída de capital das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, provocando uma nova **apreciação do dólar dos Estados Unidos**, o que

Figura 6. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2022-2024

(em percentagem)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: ver as páginas vi-vii para consultar os acrónimos e grupos de países.

exacerbará as vulnerabilidades em países com elevada dívida externa denominada em dólares. A valorização do dólar causaria uma maior deterioração do **comércio internacional** devido ao facto de muitos produtos serem faturados nesta moeda.

Para além dos riscos no setor bancário, importa destacar três tipos adicionais de riscos em sentido descendente a nível mundial. Primeiro, **uma inflação mais rígida do que o esperado poderá levar a uma maior restritividade da política monetária**. Tal poderá reduzir os fluxos de entrada financeiros líquidos na África Subsariana e agravar as pressões sobre a balança de pagamentos, o que poderá conduzir a depreciações da moeda nacional e reduzir ainda mais as condições de financiamento já restritivas. Outro risco a nível mundial é uma **escalada da guerra na Ucrânia**, que poderá perpetuar a incerteza global já elevada e aumentar os preços dos produtos alimentares e dos produtos energéticos, tornando o ambiente de financiamento ainda mais difícil. Por último, o **agravamento da fragmentação geoeconómica** poderá ter repercussões negativas na África Subsariana, incluindo o aumento das barreiras comerciais e dos preços dos produtos alimentares, considerando que a região depende fortemente das exportações de matérias-primas e é sensível aos choques da procura e dos preços a nível mundial (ver nota analítica intitulada "[Fragmentação geoeconómica: África Subsariana presa entre fragilidades](#)").

Num **cenário mundial pessimista** que tenha em conta as fortes tensões no setor financeiro, o crescimento do PIB real mundial em 2023 poderá situar-se 1,8 pontos percentuais abaixo do cenário de base e o crescimento em 2024 poderá ser inferior em 1,4 pontos percentuais (edição de abril de 2023 do *World Economic Outlook*). O efeito global sobre o produto mundial é de cerca de um quarto da dimensão do impacto da crise financeira mundial de 2008-2009. O abrandamento seria acompanhado por um impulso desinflacionista, incluindo **preços mais baixos do petróleo e do gás**. O **comércio internacional diminuiria** devido à contração da procura mundial, ao aumento da incerteza e à apreciação do dólar dos Estados Unidos. O custo acumulado para a África Subsariana representaria uma perda de 1,9% do PIB no período de 2023-2024, com os países exportadores de petróleo a registar perdas mais importantes (2,5%) por comparação com outros países ricos em recursos naturais (1,8%) e pobres em recursos naturais (1,4%).

Quatro grandes prioridades em termos de políticas

O abrandamento da atividade mundial, o aumento das taxas de juro e a subida drástica da inflação a nível mundial puseram muitos países a caminhar sobre o "fio da navalha". As quatro prioridades que se seguem centram-se em torno de estratégias destinadas a ajudar os decisores de política a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos no contexto de graves restrições de financiamento.

Política orçamental num contexto de condições financeiras mais restritivas

Os decisores de política na África Subsariana têm de **se adaptar a um ambiente marcado por condições de financiamento mais restritivas**, o que tem duas implicações importantes para a condução da política orçamental. Em primeiro lugar, é provável que as vulnerabilidades da dívida (já elevadas) se agravem. Com o aumento dos custos de financiamento, os países podem ter dificuldade em refinarçar os seus passivos existentes e renegociar prazos de vencimento mais longos. Tal poderá criar problemas de liquidez, o que, em alguns casos e com o tempo, pode levantar questões de solvência. Em segundo lugar, os decisores de política terão dificuldade em cobrir as despesas mais essenciais relacionadas com serviços básicos, quanto mais obter financiamento para realizar progressos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em termos prospetivos, **a difícil conjuntura de financiamento da região deverá permanecer** e tornar-se uma característica-chave do novo normal. Nos próximos anos, a projeção aponta para que os valores pagos em forma de juros pelos países da região sejam dos mais elevados a nível mundial quando comparados com as receitas públicas, ultrapassando, em alguns casos, os 50%. Com efeito, só nos próximos dois anos, uma percentagem considerável da dívida pendente em Eurobonds vencerá – cerca de 6 mil milhões de dólares em

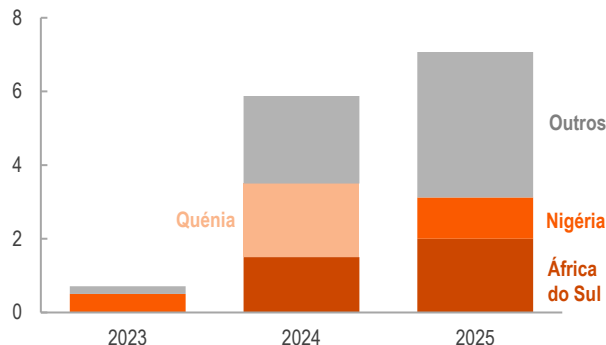
2024 e 7 mil milhões de dólares adicionais em 2025 (Figura 7). Se os países tiverem dificuldade em efetuar os reembolsos ou o refinanciamento da dívida, tal poderá ter potenciais repercussões no crescimento económico e no desenvolvimento social da região.

Neste contexto, a **consolidação das finanças públicas através de um quadro de política orçamental de médio prazo credível e transparente** continua a ser uma prioridade para a região. Conforme mencionado na **edição de outubro de 2022 das Perspetivas Económicas Regionais: África Subsaariana**, existe, contudo, uma heterogeneidade entre países. Os que ainda dispõem de algum espaço orçamental podem utilizá-lo para continuar a realizar os tão necessários investimentos em capital humano e físico para dar resposta às necessidades de desenvolvimento. Contudo, a maioria dos países com elevadas vulnerabilidades decorrentes da dívida tem de consolidar as suas finanças públicas para preservar a sustentabilidade orçamental. Para alguns, as necessidades de ajustamento são moderadas, mas, para outros, estas necessidades são muito elevadas, sendo improvável que a consolidação orçamental seja, por si só, suficiente para assegurar a sustentabilidade orçamental (Figura 8). Neste caso, o ajustamento necessário pode ser acompanhado por uma reformulação do perfil da dívida ou uma reestruturação da mesma.

Os países já iniciaram o ajustamento orçamental. Após uma deterioração significativa em 2020, o rácio mediano do défice orçamental na África Subsaariana começou a diminuir em 2021, com uma consolidação de quase 1 ponto percentual do PIB projetada para 2023. A consolidação orçamental, que deverá continuar a médio prazo, **pode ser prosseguida de forma a minimizar eventuais impactos negativos no crescimento e na pobreza**. Tal exigirá esforços acrescidos por parte das autoridades no sentido de aumentar as receitas públicas e, sempre que possível, estabelecer prioridades e garantir uma gestão mais eficiente das despesas, incluindo através da eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis não direcionados. No contexto da atual crise do custo de vida, é fundamental que o ajustamento orçamental permita a continuação das despesas sociais e da proteção das populações mais vulneráveis. Tal pode ser realizado através de transferências destinadas a pessoas particularmente expostas aos preços mais elevados dos produtos energéticos e dos produtos alimentares ou mediante o alargamento das redes de segurança social existentes. A poupança de parte das receitas extraordinárias decorrentes dos preços mais elevados das matérias-primas será particularmente útil para os países exportadores de matérias-primas com elevadas vulnerabilidades orçamentais.

Figura 7. África Subsaariana: Reembolsos de Eurobonds, 2023-2025

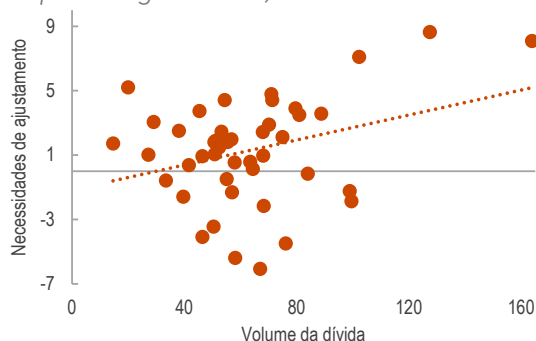
(em mil milhões de USD)



Fonte: Bloomberg Finance L.P.

Figura 8. África Subsaariana: Rácio da dívida no final de 2022 e necessidades de ajustamento orçamental

(em percentagem do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

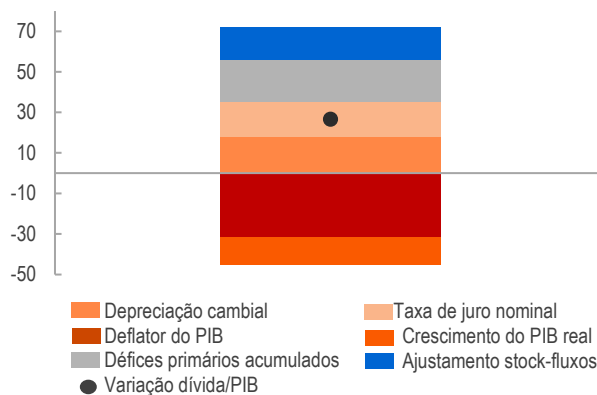
Nota: as necessidades de ajustamento orçamental são calculadas em 2023 para reduzir o rácio da dívida para 70% do PIB nos países acima do limiar no prazo de 6 anos ou estabilizar para o nível abaixo do limiar mais recente do país. As necessidades de ajustamento orçamental negativo requerem a disponibilidade de espaço orçamental.

Para além da consolidação orçamental, as autoridades podem tomar **medidas adicionais** para se adaptarem a um mundo marcado por condições financeiras mais restritivas:

- A **gestão dos riscos orçamentais** resultantes da contração do financiamento será fundamental para melhorar a sustentabilidade orçamental. Considerando o rigor orçamental, o risco de derrapagem orçamental aumenta de forma paralela com a tentação de os governos acumularem pagamentos em atraso, aumentarem as despesas extraorçamentais, concederem garantias e aumentarem os passivos contingentes. Todas estas operações podem traduzir-se nos chamados "ajustamentos stock-fluxo"³, que contribuíram significativamente para o aumento da dívida na última década (Figura 9). A contenção destes fluxos através de melhores práticas de gestão das finanças públicas e de uma melhor gestão do risco é essencial para fomentar a dinâmica da dívida, nomeadamente através do reforço da transparência orçamental e da supervisão das empresas públicas.
- Ao relançarem os esforços para **impulsionar a mobilização das receitas internas**, os países podem gerar mais recursos para as despesas de desenvolvimento e atrair mais financiamento, uma vez que o fluxo de receitas de um país constitui um indicador fundamental da sua capacidade de reembolso da dívida. Os países da África Subariana registam um desfasamento significativo na arrecadação de receitas, com um rácio fiscal mediano de apenas 13% do PIB em 2022 em comparação com 18% noutras economias emergentes e países em desenvolvimento e 27% nas economias avançadas. O sucesso dos esforços de mobilização de receitas exige muitas vezes a prossecução de reformas da administração fiscal e a melhoria da conceção das políticas fiscais, nomeadamente através do alargamento da base do imposto sobre o valor acrescentado e da alavancagem da digitalização na arrecadação de impostos (Togo, Guiné-Bissau).
- Uma **gestão eficaz e proativa da dívida** é fundamental para reduzir os riscos da dívida. A gestão da dívida pode ajudar a encontrar o equilíbrio entre o financiamento das necessidades do governo e a garantia de que os níveis de dívida permanecem sustentáveis. Tal inclui o reforço do relato da dívida, o alargamento dos prazos de vencimento e a prevenção da acumulação de reembolsos para mitigar os riscos de refinanciamento.
- Para alguns países que sofrerão, provavelmente, vulnerabilidades acrescidas da dívida e que requerem a reformulação do perfil ou a reestruturação da dívida, um **quadro de resolução da dívida que funcione bem** é vital para a criação de espaço orçamental. Com o alargamento da variedade de instrumentos de dívida, a base de credores também se tornou mais diversificada e as negociações mais complexas. Quatro países da África Subariana estão atualmente a proceder à reestruturação da sua dívida ou manifestaram interesse em fazê-lo ao abrigo do quadro comum: o Chade, a Etiópia, a Zâmbia e, mais recentemente, o Gana. O quadro comum constitui um passo no sentido de encontrar uma forma eficaz e coerente de, em caso de necessidade, os credores oficiais do Grupo dos Vinte e do Clube de Paris concederem o tratamento da dívida aos países de baixo rendimento. Até à data, a coordenação entre os credores tem sido difícil e o processo mais lento do que o esperado. As potenciais reformas incluem a definição de processos mais previsíveis e mais atempados,

Figura 9. África Subariana: Fatores de variação do rácio da dívida pública entre o final de 2012 e o final de 2022

(variação acumulada, pontos percentuais do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

³ Os ajustamentos stock-fluxo referem-se a discrepâncias entre a variação anual da dívida pública e o défice orçamental, uma característica importante da dinâmica da dívida em muitos países da África Subariana. Neste caso, o défice orçamental pode não constituir uma boa ilustração das necessidades de financiamento, uma vez que a dívida pode aumentar mais (ou menos) do que o défice orçamental. Um ajustamento stock-fluxo positivo significa que o aumento da dívida pública ultrapassa o défice anual (ou diminui menos do que o implícito no excedente).

a partilha antecipada de informação entre os credores e as instituições financeiras internacionais e a introdução de uma suspensão do serviço da dívida durante o processo de tratamento da dívida após a conclusão de um acordo ao nível do corpo técnico relativo a um programa do FMI.

Por último, a assistência internacional continua a ser essencial para atenuar as limitações de financiamento dos governos. Os países doadores devem assegurar que a ajuda pública ao desenvolvimento continua a ser concedida aos países mais necessitados. Muitos Estados frágeis e afetados por conflitos, por exemplo, continuam a depender sobretudo da ajuda pública ao desenvolvimento para financiar as suas necessidades de desenvolvimento. Os doadores podem trabalhar com os países beneficiários no sentido de definir um conjunto de objetivos mais modestos e bem definidos, tais como iniciativas no domínio da saúde pública

ou o fortalecimento de capacidades específicas, em que intervenções de menor dimensão e mais orientadas podem fazer a diferença. Além disso, são necessários volumes mais elevados de financiamento contracíclico, em particular das instituições financeiras internacionais (IFI), para compensar a natureza altamente pró-cíclica dos fluxos de capitais privados. O financiamento contracíclico permite aos países que já não têm acesso aos mercados financeiros, ou estão sujeitos a fluxos de saída de capital, facilitar o ajustamento e, por exemplo, evitar cortes abruptos e fortemente perturbadores nas despesas.

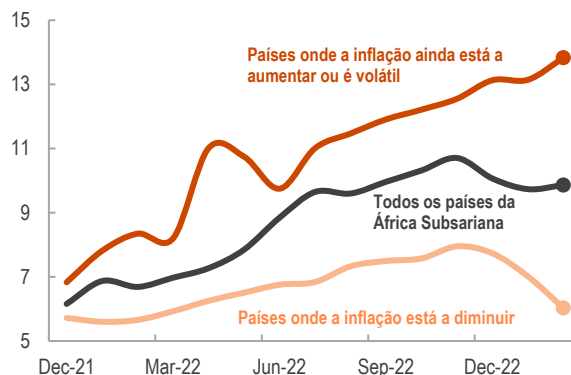
Política monetária num contexto de inflação elevada

No início de 2023, a inflação tinha começado a diminuir em cerca de metade dos países da África Subsariana. No entanto, no resto da região, a inflação continua a aumentar ou é muito volátil. Independentemente da trajetória, a inflação permanece elevada, com pelo menos 20 dos 45 países a enfrentar ainda uma inflação de dois dígitos e uma inflação mediana de cerca de 10% em fevereiro de 2023, ou seja, mais do dobro do nível registado no final de 2019 (Figura 10). A inflação subjacente mediana, que exclui os preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares de base, era superior a 6% no final de fevereiro (com base nos dados disponíveis), mas permanece volátil, não revelando sinais claros de descida. As projeções apontam para que a inflação se mantenha acima dos níveis pré-pandemia até 2027. Assim, os decisores de política devem procurar manter a inflação controlada, tendo simultaneamente em conta a frágil recuperação em curso – o que constitui um exercício muito delicado. Felizmente, grande parte da inflação na região deve-se a fatores externos (tais como importações de produtos alimentares e energéticos ou oscilações na taxa de câmbio) e não a pressões da procura interna. Muitos destes fatores externos diminuirão nos últimos meses e, por conseguinte, é provável que a inflação os acompanhe, mas, dado que a transmissão de preços internacionais mais baixos aos mercados internos demorará tempo, espera-se que a inflação se mantenha acima dos níveis pré-pandemia no curto prazo.

Quase todos os bancos centrais da região têm vindo a aumentar as taxas de juro diretas desde dezembro de 2021⁴, com subidas acumuladas das taxas superiores em países com inflação mais elevada. No entanto, o aumento mediano das taxas de juro foi de apenas cerca de 270 pontos base na África Subsariana entre o final de 2021 e fevereiro de 2023 – um valor inferior em quase 130 pontos base por comparação com a mediana

Figura 10. África Subsariana: Inflação mediana, dezembro de 2021-fevereiro de 2023

(em percentagem, em termos homólogos)



Fontes: Haver Analytics; autoridades nacionais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os grupos de países baseiam-se na recente evolução da inflação registada nos últimos três meses. A amostra baseia-se em dados disponíveis provenientes de 37 países.

⁴ As taxas mantiveram-se inalteradas em alguns países, como a República Democrática do Congo e as Seicheles, até final de fevereiro de 2023.

dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento fora da região (Figura 11). Na maioria dos países, as taxas de juro diretoras atuais permanecem muito abaixo das taxas de juro diretoras verificadas ao longo da última década, enquanto as taxas reais de curto prazo na região ainda se encontram, de um modo geral, em território negativo. Em alguns países, o crescimento da base monetária continua a ultrapassar o crescimento do PIB nominal (Nigéria, Maláui). Angola é o único país que reduziu a taxa de juro diretora no início de 2023, tendo em conta a descida acentuada da inflação global.

O que é necessário para avançar? Os decisores de política têm de **ajustar a postura restritiva da política monetária à trajetória e ao nível da inflação**, em estreita coordenação com a política orçamental, o que pode também permitir controlar as pressões sobre a procura interna, caso existam, e conter o crescimento:

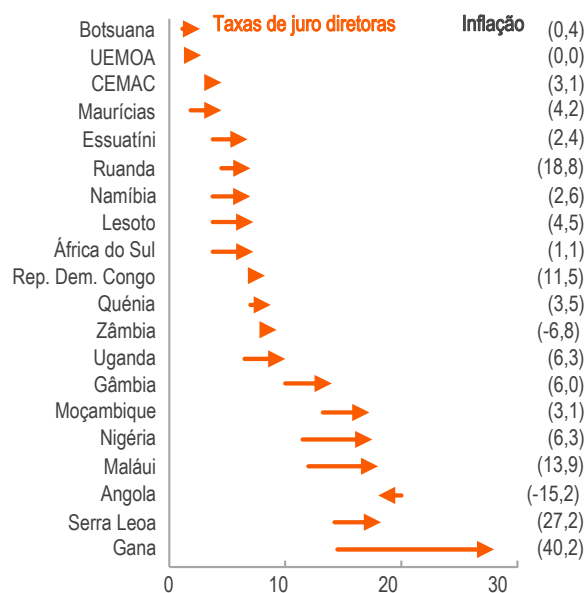
- Nos casos em que os países **ainda registam uma inflação muito elevada, uma aceleração continuada ou uma volatilidade significativa**, as autoridades precisam de **continuar a aumentar a restritividade das taxas de juro diretoras com firmeza**, uma vez que estes países são vulneráveis a efeitos de segunda ordem e à desancoragem das expectativas de inflação. Será muito difícil lidar com ambos depois de enraizados.
- Nos países com sinais de que a **inflação atingiu valores máximos**, mas onde é ainda relativamente elevada, as autoridades precisam de **continuar a aumentar as taxas de juro diretoras com prudência** até que a inflação adote uma trajetória claramente descendente e as projeções para a inflação regressem ao intervalo definido pelo banco central a médio prazo.

De um modo mais geral e dada a incerteza na previsão dos pontos de viragem nas trajetórias de inflação, **a política monetária deve ser formulada com base nos dados** sobre a evolução económica de cada país, nomeadamente prestando especial atenção ao crescimento dos salários nos próximos meses, mas também à evolução dos preços internacionais dos produtos alimentares e dos produtos energéticos, uma vez que estes representam, em média, 50% do cabaz de consumo da região.

Os países com **paridade cambial** ou flutuações fortemente controladas **registaram, globalmente, uma inflação mais baixa** do que os países sem paridade cambial, mas o seu acordo cambial limita a sua capacidade de controlar o nível de restritividade da política monetária. As moedas âncora na região incluem o euro (União Económica e Monetária da África Ocidental e Comunidade Económica e Monetária da África Central), o rand da África do Sul e o dólar dos Estados Unidos – todas sujeitas a um nível diferente de restritividade monetária pelos respetivos bancos centrais. Assim, os países com paridade cambial terão não só de acompanhar de perto a inflação elevada e a sua trajetória, mas também de manter as taxas de juro diretoras associadas à taxa de juro diretora da moeda âncora a fim de preservar a estabilidade externa e as reservas cambiais.

Figura 11. África Subsariana: Variação das taxas de juro diretoras e da inflação

(pontos percentuais, entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2023)



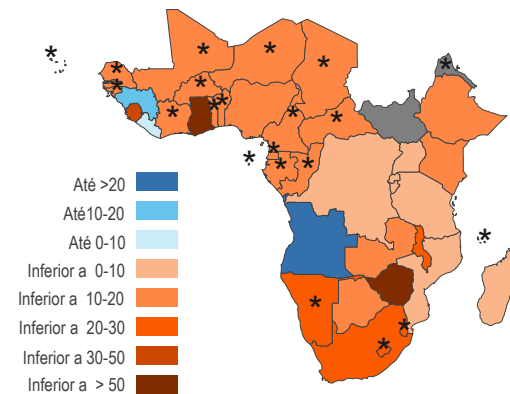
Fontes: Haver Analytics; e FMI, *International Financial Statistics*.
Nota: os números indicam a variação da inflação.

Gestão das taxas de câmbio num contexto de grandes pressões de depreciação

Os países da África Subsariana registaram **depreciações cambiais significativas em 2022** (Figura 12), o que exacerbou a crise de financiamento devido ao aumento dos encargos com o serviço da dívida externa. Estas pressões foram predominantemente provocadas por alterações nos fundamentos mundiais, incluindo por aumentos das taxas de juro nas economias avançadas e termos de troca adversos. As depreciações cambiais contribuíram para um aumento da inflação e da dívida pública, ao mesmo tempo que deterioraram a balança comercial no curto prazo. As pressões cambiais também se manifestaram no esgotamento dos ativos de reserva. **Cerca de 30% dos países dispunham de reservas inferiores a três meses de importações** no final de 2022, uma vez que os fluxos de entrada de moeda estrangeira abrandaram e os bancos centrais utilizaram as suas reservas para financiar as importações (consultar a nota analítica intitulada [“Gerir as pressões cambiais na África Subsariana – adaptar-se às novas realidades”](#)).

Figura 12. África Subsariana: Taxa de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos

(variação percentual de setembro de 2021 a fevereiro de 2023. Asterisco = paridade)



Fonte: Bloomberg Finance, L.P.

Em 2022, muitos países tomaram medidas para conter essas pressões. A **adoção de políticas monetárias mais restritivas** ajudou a ancorar as respetivas moedas e alguns países **também intervieram nos mercados cambiais** para resistir às pressões cambiais. O grau de intervenção também abrandou à medida que as reservas diminuíram ao longo de 2022. Muitos países aplicaram igualmente **medidas administrativas** para controlar os fluxos cambiais em 2022, incluindo práticas de taxas de câmbio múltiplas na Nigéria, o controlo dos preços através da persuasão moral e a proibição de transações em moeda estrangeira para os negócios locais. Alguns países recorreram também a medidas não convencionais, como a compra de petróleo com o ouro no Gana, e o racionamento cambial aumentou de forma acentuada em 2022 na Etiópia e na Nigéria.

No entanto, em muitos casos, **afigura-se inevitável algum ajustamento cambial**. Existem certamente bons motivos para que os países da África Subsariana resistam às pressões cambiais, incluindo o facto de uma percentagem elevada da dívida estar denominada em moeda estrangeira e as expectativas de inflação não permanecerem ancoradas. Todavia, os países têm de se ajustar à subida das taxas de juro e a condições de financiamento mais restritivas, já que estes novos fundamentos deverão continuar a prevalecer num futuro próximo. Na maioria dos países, **os baixos níveis de reservas limitam o âmbito das intervenções**.

Os decisores de política podem tomar várias medidas para **mitigar os eventuais impactos adversos sobre a economia** resultantes dos necessários ajustamentos cambiais. Nos países onde a depreciação cambial alimenta a inflação, uma **política monetária mais restritiva** ajudará a aliviar a pressão ao manter as expectativas de inflação controladas e limitar os fluxos de saída de capital, atraindo simultaneamente fluxos de entrada de capital. Nos casos em que os desequilíbrios orçamentais são os principais fatores impulsionadores das pressões cambiais, a **consolidação orçamental** pode ajudar a controlar os desequilíbrios externos e a conter o aumento da dívida relacionado com a depreciação cambial.

Em alguns países com **margens de reserva suficientes**, o recurso a **intervenções cambiais** pode **reduzir a volatilidade da taxa de câmbio**. Por exemplo, nos países com mercados cambiais superficiais, fraca credibilidade em termos de política monetária e grandes desfasamentos cambiais, a intervenção nos mercados cambiais pode reduzir temporariamente alguns dos custos associados a movimentos cambiais excessivos. Contudo, os países podem facilmente esgotar as reservas caso as pressões cambiais persistam devido a forças fundamentais.

Dar resposta às alterações climáticas sem sacrificar as necessidades básicas

Os setores críticos de desenvolvimento, como a educação, a saúde e os serviços de infraestruturas, correm o risco de não terem recursos suficientes devido à contração do financiamento. A maioria dos governos dispõe de um espaço orçamental limitado, o que prejudica a sua capacidade de proteger os mais vulneráveis e alocar fundos suficientes a setores de desenvolvimento essenciais. A limitação do financiamento torna particularmente difícil fazer face à atual crise alimentar que está a assolar a região.

Como se as dificuldades na resposta às necessidades básicas já não fossem suficientes, as alterações climáticas estão a exercer pressões adicionais em orçamentos cada vez mais limitados. Por exemplo, o ciclone Freddy (um dos mais recentes de uma série de choques climáticos na região) afetou as famílias e as comunidades vulneráveis da região da África Austral, dispondo os países de meios limitados para a adaptação às alterações climáticas. Só para o continente africano, os custos de adaptação poderão ascender a 50 mil milhões de dólares por ano até 2050, num cenário de aumento das temperaturas de 2 °C (GCA 2021). Quanto aos custos de mitigação associados a uma transição para energias limpas em África, estima-se que se situem em 190 mil milhões de dólares por ano até 2030 (IEA 2022). No entanto, o financiamento da ação climática na região continua muito aquém destas necessidades, com fontes privadas e públicas estimadas em cerca de 22 mil milhões de dólares em 2020, tal como indicado na Figura 13 (consultar a nota analítica intitulada “[Colmatar o fosso: A África Subariana e o financiamento da ação climática em condições concessionais](#)”). As economias avançadas ficaram também muito aquém do compromisso assumido em 2009 de mobilizar 100 mil milhões de dólares por ano para ações climáticas nos países em desenvolvimento.

Figura 13. Fluxos de financiamento da ação climática para a África Subariana, 2020



Fonte: Iniciativa de Política Climática.

É importante que os recursos alocados às alterações climáticas não sejam concedidos em detrimento das necessidades básicas e de outros objetivos de desenvolvimento. A ajuda pública ao desenvolvimento, por exemplo, tem vindo a diminuir ao longo das duas últimas décadas e, apesar de um aumento temporário durante a pandemia de COVID-19, é provável que os fluxos de ajuda continuem a diminuir no curto prazo. É necessário um maior apoio das economias avançadas para assegurar que as necessidades básicas de desenvolvimento dos países africanos são adequadamente financiadas com o objetivo de promover um crescimento forte, resiliente e inclusivo. Além disso, o financiamento da ação climática deve somar-se aos atuais fluxos de ajuda e não os substituir.

Por conseguinte, o que pode ser feito para mobilizar financiamento adicional para a ação climática na região?

- **Mobilizar mais financiamento em condições concessionais.** Os países da África Subariana enfrentam desafios no acesso a financiamento da ação climática em condições concessionais, em parte por os requisitos variarem consideravelmente consoante os prestadores de financiamento. A título de exemplo, os fundos para o clima - um canal fundamental de financiamento em condições concessionais - têm o potencial de aumentar significativamente para ajudar a satisfazer as necessidades da região em matéria de adaptação e mitigação das alterações climáticas. No entanto, os inúmeros requisitos de acesso e critérios de seleção dos projetos para estes fundos representam obstáculos sérios aos países da região que procuram obter financiamento. Para ajudar a mobilizar o financiamento em condições concessionais, os parceiros de desenvolvimento, incluindo o FMI, podem apoiar os países no reforço e fortalecimento de capacidades. A governação, a

gestão das finanças públicas, o desenvolvimento de estratégias adequadas em matéria de dados e de clima, a formulação de quadros jurídicos e regulamentares e as reformas do sistema financeiro fazem parte dos domínios prioritários.

- **Aumentar o financiamento privado da ação climática.** O setor privado tem potencial para aumentar significativamente o financiamento da ação climática na região, à semelhança do que acontece no resto do mundo. Tal pode ser realizado desenvolvendo a utilização de instrumentos de financiamento, como obrigações verdes ou obrigações ligadas à sustentabilidade, e atraindo os investidores institucionais privados. O aumento da atratividade do financiamento privado da ação climática exigirá melhores dados para apoiar a monitorização e a análise dos riscos financeiros dos indicadores de desempenho, mas também uma maior transparência e a partilha de mais informação.
- **Unir forças: alavancar o financiamento em condições concessionais para catalisar o financiamento privado.** Em muitos casos, os retornos ajustados pelo risco dos projetos climáticos na região não são suficientemente atrativos para os investidores internacionais ou nacionais. O financiamento em condições concessionais, sob a forma de garantias, prolongamento do prazo dos empréstimos, abaixo dos preços de mercado e empréstimos subordinados, pode ajudar a reduzir os riscos associados aos projetos climáticos e aumentar a sua atratividade para os investidores privados. Esta “atração” de financiamento do setor privado poderá aumentar a escala dos projetos de infraestruturas relacionadas com a ação climática, embora o financiamento privado seja uma questão difícil e complexa, em que as opções e as melhores práticas ainda estão a ser desenvolvidas.

A nova facilidade de resiliência e sustentabilidade do FMI constitui um instrumento de financiamento novo e importante que ajudará a África Subsariana a enfrentar os desafios estruturais a mais longo prazo, incluindo os impostos pelas alterações climáticas. Lançado em 2022, este mecanismo já beneficia cinco países, incluindo um na África Subsariana (o Ruanda). A facilidade de resiliência e sustentabilidade proporciona financiamento que visa apoiar os esforços de adaptação e mitigação, assegurando simultaneamente um quadro de transparência, credibilidade e estabilidade, que são essenciais para incentivar os investimentos do setor privado em infraestruturas resistentes às alterações climáticas e em projetos de energias renováveis.

Conclusão

Os decisores de política na África Subsariana estão perante mais um ano difícil, enfrentando condições de financiamento mais restritivas, para além das atuais repercussões de uma série recente de choques em cascata. Apesar das graves limitações de financiamento, **existem ainda algumas alavancas de políticas disponíveis para atenuar a situação.** Por exemplo, a mobilização das receitas internas disponibiliza uma ampla e potencial fonte de financiamento. Além disso, a melhoria dos quadros jurídicos e regulamentares nacionais e a realização de reformas dos sistemas financeiros atrairiam não só o tão necessário financiamento da ação climática, mas igualmente outros tipos de financiamento privado para a região que podem ajudar a dar resposta às necessidades básicas e aos objetivos de desenvolvimento, para além dos decorrentes das alterações climáticas. Acima de tudo, a África Subsariana necessitará de assistência internacional para fazer face à contração de financiamento. **O FMI está igualmente preparado para apoiar a região.** Desde março de 2023, o FMI celebrou acordos de concessão de empréstimo com 21 países da região e recebeu muitas candidaturas no âmbito dos seus programas. Os desembolsos associados aos programas do FMI, às facilidades de financiamento de emergência e à dotação de direitos de saque especiais (DSE) representaram 50 mil milhões de dólares entre 2020 e 2022.

Referências

Global Center on Adaptation (GCA). 2021. *State and Trends in Adaptation Report 2021. How Adaptation Can Make Africa Safer, Greener and More Prosperous in a Warming World.*

https://gca.org/wp-content/uploads/2022/08/GCA_STA_2021_Complete_website.pdf

Agência Internacional de Energia (AIE). 2022. "Africa Energy Outlook 2022." *World Energy Outlook Report*. International Energy Agency, Paris.

Selassie, Abebe Aemro. 2022. "The Return of Macroeconomic Imbalances: Adapting to Life on the Edge." Remarks at the 13th Andrew Crockett Lecture Governors' Roundtable for African Central Bankers, All Souls College, Oxford. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/06/27/sp062722-13th-andrew-crockett-lecture-governors-roundtable-for-african-central-bankers>.

Selassie, Abebe Aemro. 2023. Remarks at the 2023 Oxford Center for the Study of African Economies Conference, St Catherine's College, Oxford. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/03/20/sp032023-abebe-selassie-2023-oxford-csae-conference>.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de março de 2023 e correspondem às projeções subjacentes à edição de abril de 2023 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a 1085 dólares no período 2019-2021 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a 1085 dólares no período 2019-2021 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2023.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

- Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

- No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.
- Nos quadros AS2-AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadros AS1 e AS3

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2023.

¹ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2023.

¹ Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2022-2024 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

² Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2023.

¹ Enquanto membro da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Para a Zâmbia, as projeções da dívida externa para 2022-2024 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁴ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as estatísticas das suas contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Quadro AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real						Preços no consumidor, média anual					
	<i>(variação percentual anual)</i>						<i>(variação percentual anual)</i>					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	1.6	-6.3	4.9	2.0	0.1	1.8	5.3	3.3	4.6	6.9	5.8	4.8
Angola	2.0	-5.6	1.1	2.8	3.5	3.7	16.3	22.3	25.8	21.4	11.7	10.8
Benim	5.1	3.8	7.2	6.0	6.0	5.9	1.2	3.0	1.7	1.5	3.0	2.0
Botsuana	4.1	-8.7	11.8	6.4	3.7	4.3	4.6	1.9	6.7	12.2	6.5	5.2
Burkina Faso	5.7	1.9	6.9	2.5	4.9	5.9	1.0	1.9	3.9	14.1	1.5	2.3
Burundi	1.9	0.3	3.1	1.8	3.3	6.0	7.1	7.3	8.3	18.9	16.0	13.0
Cabo Verde	4.0	-14.8	7.0	10.5	4.4	5.4	1.1	0.6	1.9	7.9	4.5	2.0
Camarões	4.4	0.5	3.6	3.4	4.3	4.4	1.9	2.5	2.3	5.3	5.9	4.7
Chade	2.4	-2.1	-1.1	2.5	3.5	3.7	1.9	4.5	-0.8	5.3	3.4	3.0
Comores	3.1	-0.2	2.1	2.4	3.0	3.6	1.8	0.8	-0.0	12.0	8.1	1.4
Côte d'Ivoire	6.5	1.7	7.0	6.7	6.2	6.6	1.5	2.4	4.2	5.2	3.7	1.8
Eritreia	4.6	-0.5	2.9	2.6	2.8	2.9	2.6	5.6	6.6	7.4	6.4	4.1
Essuatíni	2.5	-1.6	7.9	0.5	2.8	2.5	5.9	3.9	3.7	4.8	5.4	4.8
Etiópia	9.5	6.1	6.3	6.4	6.1	6.4	14.4	20.4	26.8	33.9	31.4	23.5
Gabão	3.7	-1.9	1.5	2.8	3.0	3.1	2.3	1.7	1.1	4.3	3.4	2.6
Gâmbia	2.5	0.6	4.3	4.4	5.6	6.3	6.3	5.9	7.4	11.5	11.3	8.7
Gana	6.5	0.5	5.4	3.2	1.6	2.9	11.8	9.9	10.0	31.9	45.4	22.2
Guiné	6.2	4.9	4.3	4.3	5.6	5.7	11.4	10.6	12.6	10.5	8.1	7.5
Guiné-Bissau	3.9	1.5	6.4	3.5	4.5	5.0	1.3	1.5	3.3	7.9	5.0	3.0
Guiné Equatorial	-2.7	-4.2	-3.2	1.6	-1.8	-8.2	2.5	4.8	-0.1	5.0	5.7	5.2
Lesoto	1.5	-3.9	2.1	2.1	2.2	2.3	5.1	5.0	6.0	8.2	6.8	5.5
Libéria	2.8	-3.0	5.0	4.8	4.3	5.5	12.5	17.0	7.8	7.6	6.9	5.9
Madagáscar	3.2	-7.1	5.7	4.2	4.2	4.8	7.0	4.2	5.8	8.2	9.5	8.8
Maláui	4.1	0.9	4.6	0.8	2.4	3.2	17.2	8.6	9.3	20.8	24.7	18.3
Mali	4.3	-1.2	3.1	3.7	5.0	5.1	1.1	0.5	3.8	10.1	5.0	2.8
Maurícias	3.7	-14.6	3.5	8.3	4.6	4.1	3.0	2.5	4.0	10.8	9.5	6.9
Moçambique	5.5	-1.2	2.3	4.1	5.0	8.2	7.0	3.1	5.7	9.8	7.4	6.5
Namíbia	2.8	-8.0	2.7	3.8	2.8	2.6	5.2	2.2	3.6	6.1	5.0	4.6
Níger	5.9	3.5	1.4	11.1	6.1	13.0	0.7	2.9	3.8	4.2	2.8	2.5
Nigéria	3.0	-1.8	3.6	3.3	3.2	3.0	11.6	13.2	17.0	18.8	20.1	15.8
Quênia	4.7	-0.3	7.5	5.4	5.3	5.4	7.4	5.3	6.1	7.6	7.8	5.6
República Centro-Africana	-0.7	1.0	1.0	0.4	2.5	3.8	4.9	0.9	4.3	5.8	6.3	2.7
República Democrática do Congo	5.9	1.7	6.2	6.6	6.3	6.5	10.2	11.4	9.0	9.0	10.8	7.2
República do Congo	-0.5	-6.2	1.5	2.8	4.1	4.6	2.3	1.4	2.0	3.5	3.3	3.2
Ruanda	7.1	-3.4	10.9	6.8	6.2	7.5	3.9	7.7	0.8	13.9	8.2	5.0
São Tomé e Príncipe	4.0	3.0	1.9	0.9	2.0	2.5	8.1	9.8	8.1	18.0	17.9	7.3
Seicheles	4.7	-7.7	7.9	8.8	3.9	3.9	3.0	1.2	9.8	2.7	3.1	3.7
Senegal	5.0	1.3	6.1	4.7	8.3	10.6	1.0	2.5	2.2	9.7	5.0	2.0
Serra Leoa	5.0	-2.0	4.1	2.8	3.1	4.8	10.0	13.4	11.9	27.2	37.8	25.9
Sudão do Sul	-5.3	-6.5	5.3	6.6	5.6	4.6	98.6	24.0	30.2	17.6	27.8	10.0
Tanzânia	6.7	4.8	4.9	4.7	5.2	6.2	7.3	3.3	3.7	4.4	4.9	4.3
Togo	5.7	1.8	5.3	5.4	5.5	5.5	1.4	1.8	4.5	7.6	5.3	2.9
Uganda	5.3	-1.3	6.0	4.9	5.7	5.7	6.8	2.8	2.2	6.8	7.6	6.4
Zâmbia	4.3	-2.8	4.6	3.4	4.0	4.1	9.0	15.7	22.0	11.0	8.9	7.7
Zimbabué ¹	4.6	-7.8	8.5	3.0	2.5	2.6	30.2	557.2	98.5	193.4	172.2	134.6
África Subsariana	3.7	-1.7	4.8	3.9	3.6	4.2	8.3	10.1	11.0	14.5	14.0	10.5
<i>Mediana</i>	4.4	-1.2	4.6	3.7	4.2	4.6	4.5	3.9	4.6	8.2	6.8	5.2
Excl. África do Sul e Nigéria	5.0	0.0	5.2	4.8	4.8	5.4	8.0	11.1	10.7	15.2	14.1	10.1
Países exportadores de petróleo	2.7	-2.3	3.0	3.2	3.3	3.1	11.2	13.0	15.9	17.2	16.8	13.4
Excl. a Nigéria	2.0	-3.6	1.5	2.9	3.4	3.3	10.2	12.3	13.2	13.0	8.5	7.4
Países importadores de petróleo	4.4	-1.3	5.7	4.3	3.7	4.7	6.7	8.6	8.5	13.1	12.5	9.0
Excl. a África do Sul	5.8	0.8	6.0	5.1	5.1	5.8	7.5	10.9	10.2	15.6	15.2	10.6
Países de rendimento médio	3.1	-2.9	4.5	3.4	2.9	3.4	8.2	8.5	10.5	13.1	13.0	9.6
Excl. África do Sul e Nigéria	4.2	-1.7	5.0	4.4	4.3	4.7	7.4	7.9	9.1	12.5	11.7	7.6
Países de baixo rendimento	6.0	1.9	5.4	5.1	5.4	6.1	8.8	14.8	12.5	18.2	16.7	12.9
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	5.6	1.0	5.6	4.5	5.1	5.7	7.8	4.9	4.8	8.2	8.5	6.9
Países frágeis e afetados por conflitos	4.1	-0.2	4.2	4.1	4.1	4.4	10.3	15.6	16.4	20.3	20.0	15.5
Zona do franco CFA	4.4	0.6	4.5	4.8	5.2	5.9	1.6	2.4	2.8	6.4	4.1	2.7
UEMAC	2.4	-1.4	1.7	2.9	3.3	2.9	2.2	2.7	1.5	4.9	4.9	4.0
UEMOA	5.7	1.7	5.9	5.7	6.1	7.4	1.2	2.2	3.5	7.1	3.7	2.1
COMESA (membros da ASS)	5.8	0.5	6.5	5.4	5.3	5.6	9.4	17.1	14.6	19.4	18.5	14.1
CAO-5	5.5	0.9	6.6	5.1	5.4	5.8	7.1	4.4	4.4	7.0	7.0	5.4
CEDEAO	4.0	-0.6	4.4	3.9	3.8	4.2	9.3	10.2	12.7	17.0	17.9	12.6
SACU	1.8	-6.4	5.2	2.3	0.4	2.0	5.2	3.2	4.6	7.1	5.8	4.8
SADC	2.8	-4.4	4.6	3.2	2.3	3.4	7.7	10.7	9.6	11.5	9.6	8.0

Ver fontes na página 20.

Quadro AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (em % do PIB)						Dívida pública (em % do PIB)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	-4.0	-9.6	-5.6	-4.5	-5.9	-6.1	45.0	69.0	69.0	71.0	72.3	74.0
Angola	-0.5	-1.9	3.8	1.6	-0.2	-1.9	59.8	138.9	86.9	67.0	63.3	59.2
Benim	-2.4	-4.7	-5.7	-5.6	-4.3	-2.9	30.1	46.1	50.3	52.4	52.8	51.6
Botsuana	-0.9	-10.9	-2.4	-2.0	-2.7	-1.5	17.6	18.7	19.0	19.9	20.6	19.3
Burkina Faso	-3.3	-5.1	-7.4	-10.4	-7.8	-6.7	30.3	44.9	48.2	54.3	58.0	60.2
Burundi	-5.1	-6.3	-5.2	-12.1	-4.6	-2.7	45.1	66.0	66.6	68.3	69.5	61.0
Cabo Verde	-5.5	-9.1	-7.3	-4.5	-5.0	-3.6	111.0	145.1	142.9	127.4	120.2	117.9
Camarões	-3.5	-3.2	-3.0	-1.8	-0.8	-0.6	27.6	44.9	46.8	46.4	42.8	40.4
Chade	-0.9	2.1	-1.6	5.1	7.0	4.5	41.1	54.1	55.9	50.4	43.7	40.1
Comores	0.5	-0.5	-2.8	-3.7	-6.4	-5.6	18.1	24.0	25.4	29.1	32.5	35.7
Côte d'Ivoire	-2.4	-5.4	-4.8	-6.7	-5.1	-4.0	32.4	46.3	50.9	56.8	63.3	60.6
Eritreia	-2.9	-4.4	-4.1	-1.3	-0.1	0.6	173.6	179.7	175.4	163.8	146.3	135.3
Essuatíni	-4.5	-4.5	-4.6	-5.7	0.7	-0.8	22.5	41.2	41.5	45.4	39.3	37.2
Etiópia	-2.3	-2.8	-2.8	-4.2	-3.5	-3.0	49.5	53.9	53.8	46.4	37.6	33.3
Gabão	0.5	-2.2	-1.9	1.8	0.9	0.3	44.5	78.3	65.8	55.1	60.3	58.2
Gâmbia	-4.3	-2.2	-4.6	-4.8	-2.7	-2.1	70.2	85.9	83.5	84.0	73.0	68.6
Gana	-6.6	-17.4	-12.1	-9.9	-7.3	-8.4	49.6	72.3	79.6	88.8	98.7	92.8
Guiné	0.6	-3.1	-1.7	-0.7	-2.3	-2.4	40.2	47.5	40.6	33.4	30.0	30.1
Guiné-Bissau	-2.9	-9.6	-5.6	-5.5	-3.8	-3.2	55.6	78.2	78.9	79.5	76.5	74.7
Guiné Equatorial	-5.0	-1.7	2.6	4.7	3.3	1.7	25.2	48.4	42.6	27.1	26.4	29.5
Lesoto	-2.9	0.3	-4.4	-3.4	2.5	8.4	41.8	60.0	56.4	57.9	58.5	57.3
Libéria	-3.9	-3.8	-2.4	-6.9	-4.9	-3.9	28.7	58.7	53.3	55.4	57.1	56.1
Madagáscar	-2.1	-4.0	-2.8	-6.8	-3.0	-3.3	38.1	51.2	52.3	57.0	53.1	52.0
Maláui	-3.8	-8.2	-8.6	-10.4	-7.8	-8.0	35.5	54.8	61.6	70.1	72.2	69.4
Mali	-2.7	-5.4	-4.8	-4.8	-4.8	-4.3	31.5	46.9	50.7	53.2	54.1	54.9
Maurícias	-3.3	-10.4	-4.0	-3.2	-4.2	-3.6	62.2	94.6	88.4	80.9	78.1	77.1
Moçambique	-4.4	-5.4	-3.6	-5.2	-4.8	-3.1	78.9	120.0	107.2	104.5	102.8	103.1
Namíbia	-6.1	-8.1	-8.8	-7.3	-4.1	-2.7	38.6	66.6	72.0	71.3	68.5	66.8
Níger	-3.7	-4.8	-5.9	-6.9	-5.3	-4.1	28.2	45.0	51.3	51.1	52.5	49.4
Nigéria	-3.1	-5.6	-6.0	-5.5	-5.3	-5.4	21.9	34.5	36.5	38.0	38.8	39.0
Quênia	-6.2	-8.1	-7.1	-6.0	-5.2	-4.4	46.7	67.8	67.0	67.9	66.6	65.4
República Centro-Africana	-1.3	-3.4	-6.0	-5.6	-3.0	-2.1	47.4	43.4	47.6	50.7	49.1	48.5
República Democrática do Congo	0.1	-1.4	-0.9	-1.6	-1.5	-2.5	18.0	16.7	16.3	14.6	11.0	9.0
República do Congo	-2.1	-1.2	1.8	6.6	4.8	5.1	62.3	112.1	107.9	99.6	96.5	89.2
Ruanda	-2.6	-9.5	-7.0	-6.5	-5.4	-6.1	33.0	65.6	66.6	64.4	67.1	71.1
São Tomé e Príncipe	-4.7	5.9	1.5	8.1	2.7	2.3	81.3	81.4	70.6	58.1	54.8	54.2
Seicheles	1.5	-16.3	-5.5	-1.0	-2.0	-1.8	67.0	84.8	72.9	63.4	62.5	60.0
Senegal	-3.9	-6.4	-6.3	-6.1	-4.9	-4.0	47.2	69.2	73.2	75.0	73.1	69.9
Serra Leoa	-5.1	-5.8	-7.3	-10.9	-6.2	-2.9	51.5	76.3	79.3	98.8	92.2	84.9
Sudão do Sul	-5.7	-5.6	-9.4	0.9	5.8	7.0	53.0	49.9	58.5	39.6	48.4	46.1
Tanzânia	-2.7	-2.5	-3.4	-3.3	-2.9	-2.6	36.3	39.8	42.1	41.6	40.1	38.5
Togo	-3.9	-6.9	-4.6	-7.3	-6.1	-5.3	48.8	60.3	63.7	68.0	68.5	69.0
Uganda	-3.0	-7.5	-7.5	-5.8	-4.1	-3.3	27.8	46.3	50.6	50.8	50.2	49.2
Zâmbia ¹	-6.3	-13.8	-8.1	-7.9	-6.3	-6.7	50.9	140.2	110.8
Zimbabué ²	-3.4	0.8	-2.2	-2.1	-3.0	-2.2	51.8	84.4	59.8	92.8	102.3	100.0
África Subariana	-3.3	-6.4	-5.0	-4.4	-4.3	-4.2	37.6	57.1	56.6	56.5	55.5	53.9
<i>Mediana</i>	-3.1	-5.1	-4.6	-4.8	-4.1	-2.9	41.4	60.0	59.8	57.9	60.3	59.2
Excl. África do Sul e Nigéria	-3.1	-5.7	-4.4	-4.0	-3.3	-3.1	42.6	63.3	60.1	59.2	57.0	53.9
Países exportadores de petróleo	-2.6	-4.7	-4.1	-3.1	-3.4	-3.8	30.4	48.8	46.3	45.1	44.5	43.6
Excl. a Nigéria	-1.7	-2.1	0.5	1.6	0.8	-0.3	48.7	89.9	70.1	59.3	56.8	53.8
Países importadores de petróleo	-3.8	-7.4	-5.5	-5.1	-4.8	-4.5	42.7	61.4	61.6	62.9	61.5	59.6
Excl. a África do Sul	-3.6	-6.4	-5.4	-5.4	-4.3	-3.8	41.2	58.0	58.0	59.1	57.1	53.9
Países de rendimento médio	-3.5	-7.4	-5.4	-4.5	-4.6	-4.8	37.2	59.1	58.6	58.7	58.8	57.9
Excl. África do Sul e Nigéria	-3.5	-7.6	-4.8	-3.8	-3.3	-3.3	45.1	74.3	68.4	66.7	66.6	63.7
Países de baixo rendimento	-2.6	-3.6	-3.8	-4.2	-3.3	-3.0	39.4	51.2	50.5	50.5	46.9	43.8
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	-2.7	-4.9	-4.9	-4.9	-3.7	-3.4	35.5	48.0	50.0	50.1	48.3	47.0
Países frágeis e afetados por conflitos	-2.8	-4.4	-4.7	-4.4	-4.1	-4.0	28.8	42.7	43.4	44.1	42.6	41.0
Zona do franco CFA	-2.7	-4.3	-4.0	-3.6	-2.8	-2.4	35.3	53.9	56.0	56.1	57.6	56.0
UEMAC	-2.5	-2.0	-1.5	1.5	1.5	1.0	36.8	59.9	58.1	51.9	50.3	48.3
UEMOA	-3.0	-5.5	-5.5	-6.7	-5.3	-4.3	34.7	50.5	54.8	58.7	61.7	60.1
COMESA (membros da ASS)	-3.5	-5.4	-4.7	-4.9	-3.9	-3.6	42.1	60.4	57.4	57.6	52.7	48.9
CAO-5	-4.3	-6.3	-6.1	-5.3	-4.3	-3.7	39.2	55.5	56.7	56.7	55.3	53.8
CEDEAO	-3.3	-6.7	-6.5	-6.1	-5.4	-5.2	27.7	43.2	46.6	48.4	49.8	48.7
SACU	-4.0	-9.5	-5.5	-4.5	-5.6	-5.7	43.5	66.5	66.7	68.5	69.4	70.8
SADC	-3.2	-7.0	-3.9	-3.4	-4.1	-4.3	45.1	70.4	64.4	64.5	63.4	62.4

Ver fontes na página 20.

Quadro AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato (em % do PIB)						Conta corrente externa, incl. donativos (em % do PIB)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	66.4	74.1	70.3	71.8	71.9	72.7	-3.5	2.0	3.7	-0.5	-2.3	-2.6
Angola	34.6	38.4	24.4	19.5	19.3	19.2	3.0	1.5	11.2	11.0	6.2	3.1
Benim	28.1	30.5	32.6	32.6	32.6	32.6	-4.9	-1.7	-4.2	-5.7	-5.8	-5.0
Botsuana	44.7	52.5	45.3	44.1	46.2	45.9	2.0	-8.7	-0.5	3.1	3.3	5.4
Burkina Faso	32.3	43.6	49.0	41.9	43.1	43.6	-5.1	4.1	-0.4	-5.2	-3.6	-2.7
Burundi	27.0	46.3	50.6	56.3	57.8	59.7	-14.1	-10.3	-12.4	-15.7	-15.6	-13.2
Cabo Verde	92.9	114.3	107.1	99.3	98.4	98.8	-6.9	-15.0	-11.3	-7.5	-5.0	-4.0
Camarões	21.7	26.6	29.1	30.7	30.2	30.5	-3.3	-3.7	-4.0	-1.6	-2.8	-3.0
Chade	14.6	20.8	23.3	21.3	21.2	20.4	-7.6	-7.3	-4.5	2.8	-1.4	-4.9
Comores	25.1	31.2	36.7	36.7	35.0	33.5	-3.1	-1.7	0.8	-4.6	-7.3	-6.4
Côte d'Ivoire	10.9	13.5	15.2	14.5	13.6	13.3	-0.3	-3.1	-4.0	-6.5	-5.7	-5.3
Eritreia	207.6	232.1	232.1	232.1	232.1	232.1	14.9	14.2	14.1	12.9	14.1	12.4
Essuatíni	26.8	32.3	30.3	29.8	28.9	28.5	6.0	7.1	2.7	-1.7	3.4	3.5
Etiópia	29.2	30.8	31.1	27.9	26.7	26.3	-7.1	-4.6	-3.2	-4.3	-3.4	-2.6
Gabão	23.7	27.9	23.1	21.9	24.6	26.6	2.4	-6.9	-4.5	1.2	-0.1	-1.1
Gâmbia	38.6	56.0	59.5	55.3	52.6	51.2	-7.6	-3.0	-3.8	-15.0	-13.8	-10.5
Gana	24.1	30.8	29.5	29.3	27.2	26.6	-5.5	-3.8	-3.7	-2.3	-2.9	-2.0
Guiné	24.2	27.6	25.7	27.9	24.4	24.9	-16.3	-16.1	-2.1	-6.2	-5.2	-4.6
Guiné-Bissau	38.5	45.6	50.6	48.4	47.1	46.7	-2.4	-2.6	-0.8	-5.9	-4.9	-4.7
Guiné Equatorial	13.2	17.1	14.7	10.4	10.4	10.4	-7.6	-4.2	-3.6	0.0	-2.1	-5.8
Lesoto	34.2	40.3	37.2	34.8	34.2	34.2	-6.1	-1.0	-4.4	-4.4	0.6	1.0
Libéria	20.2	25.5	24.6	25.0	25.1	25.2	-20.1	-16.4	-17.9	-15.7	-17.0	-18.3
Madagáscar	23.4	28.7	28.6	34.3	35.0	36.0	-2.7	-5.4	-5.0	-5.6	-5.7	-5.1
Maláui	17.2	17.5	20.1	23.6	24.7	24.9	-10.2	-13.8	-12.6	-3.6	-12.2	-13.3
Mali	27.1	36.1	39.4	40.4	40.4	40.4	-5.2	-2.2	-8.2	-6.9	-6.2	-5.5
Maurícias	104.3	156.8	160.0	142.8	130.8	131.0	-5.8	-8.8	-13.3	-13.5	-8.2	-6.8
Moçambique	33.5	43.3	43.6	43.7	43.5	42.2	-31.1	-27.3	-22.8	-36.0	-13.3	-34.6
Namíbia	58.3	71.6	71.4	70.4	69.7	69.6	-8.1	2.6	-9.8	-13.5	-5.3	-3.7
Niger	17.5	19.2	20.1	19.7	20.8	20.8	-12.6	-13.2	-14.1	-15.5	-12.8	-8.1
Nigéria	24.3	25.2	25.2	25.8	27.3	28.7	1.2	-3.7	-0.4	-0.7	-0.6	-0.5
Quênia	36.8	37.2	35.0	33.2	32.0	31.8	-6.9	-4.8	-5.2	-4.7	-5.3	-5.3
República Centro-Africana	24.0	30.3	33.3	31.9	29.6	28.9	-7.1	-8.2	-11.0	-13.3	-8.8	-7.4
República Democrática do Congo	11.5	20.2	22.2	21.1	22.1	23.3	-4.4	-2.2	-0.9	-2.2	-3.9	-3.0
República do Congo	27.4	35.8	34.0	31.8	36.8	38.3	-3.2	13.5	14.6	21.2	4.8	0.1
Ruanda	22.4	29.4	30.4	30.4	29.9	30.5	-10.5	-12.1	-10.9	-11.6	-13.2	-12.0
São Tomé e Príncipe	36.6	32.5	29.4	27.9	26.3	26.3	-15.6	-11.0	-11.2	-13.8	-11.8	-11.3
Seicheles	66.9	113.3	108.2	101.6	101.8	100.9	-15.7	-13.5	-10.4	-7.3	-9.2	-10.0
Senegal	34.6	45.3	47.8	49.0	49.7	50.0	-7.2	-10.9	-13.6	-16.0	-10.4	-4.6
Serra Leoa	22.2	29.5	32.4	33.9	30.0	28.0	-21.9	-7.1	-8.7	-10.3	-6.1	-5.1
Sudão do Sul	20.7	18.4	14.9	9.6	10.2	10.3	4.5	-19.2	-9.5	6.7	6.3	5.7
Tanzânia	22.1	20.9	21.3	21.0	20.9	20.8	-7.0	-1.9	-3.4	-4.6	-4.0	-3.3
Togo	37.6	45.4	47.5	49.1	50.4	51.0	-5.1	-0.3	-0.9	-2.8	-4.0	-3.7
Uganda	17.4	22.4	21.8	20.7	20.6	20.7	-5.7	-9.5	-8.3	-8.1	-10.9	-11.9
Zâmbia	21.0	31.3	24.3	24.3	24.2	23.9	0.3	10.6	9.2	2.4	3.8	4.5
Zimbabué ¹	24.1	14.8	14.9	16.0	13.5	13.9	-7.9	2.5	1.0	0.8	0.4	0.8
África Subsariana	35.3	38.6	37.2	36.7	36.6	36.9	-2.7	-2.8	-1.1	-2.0	-2.6	-2.7
Mediana	26.4	31.2	31.1	31.8	30.0	30.5	-5.5	-4.2	-4.2	-4.7	-5.0	-4.6
Excl. África do Sul e Nigéria	28.1	32.6	31.4	30.0	29.4	29.4	-4.5	-4.1	-3.3	-3.1	-3.5	-3.7
Países exportadores de petróleo	25.3	27.2	25.2	24.9	26.1	27.1	0.9	-3.2	0.7	1.8	0.5	-0.2
Excl. a Nigéria	27.5	32.0	25.2	22.5	22.8	23.1	0.2	-1.7	3.2	7.0	2.8	0.4
Países importadores de petróleo	41.6	44.9	43.6	43.0	42.1	41.9	-5.2	-2.6	-1.9	-4.1	-4.2	-4.1
Excl. a África do Sul	28.2	32.7	32.7	31.6	30.8	30.7	-6.4	-4.6	-4.7	-5.7	-5.0	-4.7
Países de rendimento médio	38.4	42.1	39.9	39.7	39.7	40.2	-1.5	-1.8	0.2	-0.6	-1.5	-1.6
Excl. África do Sul e Nigéria	30.8	36.1	32.9	31.3	30.6	30.6	-2.1	-2.8	-1.9	-0.7	-1.8	-2.0
Países de baixo rendimento	24.6	28.7	29.6	28.5	28.2	28.2	-8.0	-5.5	-4.9	-5.8	-5.3	-5.5
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	21.6	24.6	24.8	25.5	25.1	25.3	-8.0	-6.8	-5.9	-6.4	-7.2	-6.9
Países frágeis e afetados por conflitos	25.1	27.7	28.3	27.9	28.7	29.5	-1.7	-3.8	-1.8	-2.2	-2.0	-2.2
Zona do franco CFA	22.0	27.7	29.5	28.8	29.1	29.4	-3.7	-3.6	-4.7	-4.4	-4.8	-4.3
UEMAC	20.5	25.9	26.4	26.0	26.8	27.5	-3.3	-2.8	-2.1	2.1	-1.4	-2.9
UEMOA	23.0	28.7	31.1	30.1	30.2	30.2	-4.3	-4.0	-6.2	-8.4	-6.8	-5.1
COMESA (membros da ASS)	30.1	34.5	33.8	32.2	31.2	31.2	-5.7	-4.1	-3.7	-4.2	-4.6	-4.2
CAO-5	27.4	29.2	28.4	27.4	26.8	26.8	-7.0	-5.1	-5.6	-5.8	-6.4	-6.3
CEDEAO	24.2	27.0	27.4	27.6	28.2	29.0	-1.0	-4.2	-2.4	-3.0	-2.6	-2.0
SACU	64.6	72.4	68.5	69.7	69.9	70.5	-3.4	1.6	3.1	-0.7	-2.1	-2.2
SADC	49.6	54.7	50.8	50.6	50.0	50.1	-3.4	-0.1	1.9	-0.4	-1.6	-2.4

Ver fontes na página 20.

Quadro AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor						Reservas					
	(em % do PIB)						(em meses de importações de bens e serviços)					
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024
África do Sul	15.0	23.4	18.6	20.7	22.0	22.1	5.8	6.4	5.5	5.2	4.8	4.4
Angola	33.6	90.9	68.9	44.2	46.2	45.9	9.3	9.5	7.1	6.8	6.5	6.8
Benim ¹	15.6	30.3	35.2	38.3	38.7	38.1	3.5
Botsuana	15.4	12.5	10.1	10.4	10.9	9.5	11.4	6.5	6.3	6.6	6.8	7.2
Burkina Faso ¹	20.2	24.4	24.0	25.4	24.7	23.9
Burundi	19.5	17.5	19.9	19.3	27.6	28.8	2.5	1.0	2.3	1.5	2.2	3.4
Cabo Verde	85.5	130.3	114.9	108.1	101.1	98.2	5.7	6.9	6.8	6.2	6.2	6.5
Camarões ²	18.4	32.5	30.3	32.9	30.5	29.3
Chade ²	24.2	28.2	24.4	23.0	21.8	21.7
Comores	17.2	23.1	24.5	28.4	31.6	34.8	7.1	7.9	9.4	7.4	7.5	7.7
Côte d'Ivoire ¹	19.6	33.6	30.8	36.1	36.7	35.9
Eritreia	62.2	57.3	55.2	51.2	45.8	42.8	4.7	4.0	4.1	4.5	5.0	5.3
Essuatíni	8.8	15.2	15.2	18.6	19.3	19.8	3.7	3.1	3.1	2.4	2.4	2.4
Etiópia	25.4	28.8	29.1	23.0	18.2	15.8	2.0	2.0	1.5	0.7	0.6	0.5
Gabão ²	29.8	49.0	36.1	31.1	33.1	32.4
Gâmbia	37.5	49.4	47.5	48.3	44.7	42.0	3.6	5.8	7.0	5.1	4.5	4.2
Gana	26.3	39.2	38.2	42.7	51.8	54.1	2.8	2.5	2.4	0.6	0.8	1.7
Guiné	23.2	27.0	24.8	21.9	19.5	20.4	2.2	1.9	2.5	2.5	2.5	2.5
Guiné-Bissau ¹	30.0	43.9	38.2	40.0	36.7	34.9
Guiné Equatorial ²	8.8	16.3	12.2	8.4	9.0	9.0
Lesoto	35.3	46.6	41.0	42.5	44.6	44.5	4.8	4.1	5.1	4.0	4.5	5.6
Libéria	18.4	41.1	37.2	37.2	38.1	38.1	2.1	2.2	4.1	3.5	3.5	3.5
Madagáscar	23.4	36.4	37.2	38.9	39.9	39.9	3.4	4.8	4.5	3.8	3.7	3.6
Maláui	19.4	31.8	30.9	29.9	33.2	34.4	2.5	0.9	0.4	1.1	1.3	2.8
Mali ¹	22.8	31.5	27.2	26.7	25.1	23.9
Maurícias	13.3	20.2	23.3	23.5	24.5	23.8	8.4	14.4	12.5	12.1	10.0	9.8
Moçambique	63.8	90.7	85.1	76.1	72.7	73.6	3.5	4.7	2.6	2.9	2.1	2.1
Namíbia	12.6	21.3	15.7	17.2	16.9	15.5	3.4	4.1	4.5	4.6	4.7	4.8
Niger ¹	18.4	33.0	31.5	33.0	32.7	30.9
Nigéria	3.7	8.0	9.1	9.4	9.4	9.8	6.1	6.6	6.0	5.7	6.0	6.3
Quênia	23.6	32.2	32.3	31.9	33.5	33.9	4.6	4.5	4.7	3.7	3.0	3.3
República Centro-Africana ²	29.2	36.3	32.8	34.4	31.8	30.7
República Democrática do Congo	14.1	13.8	14.8	13.4	10.1	8.3	1.0	0.6	0.8	1.1	1.5	1.9
República do Congo ²	25.4	31.9	26.6	27.0	27.1	24.9
Ruanda	28.0	54.7	53.4	51.5	55.7	61.7	3.9	5.4	4.4	3.7	3.7	4.1
São Tomé e Príncipe	75.1	64.9	58.5	58.1	54.8	54.2	3.8	4.5	4.3	3.8	3.7	3.8
Seicheles	35.4	38.8	39.5	31.1	33.7	34.1	3.6	3.7	3.7	3.6	3.5	3.6
Senegal ¹	32.9	48.9	45.8	47.5	43.5	39.9
Serra Leoa	31.6	48.3	48.3	51.0	56.8	53.0	3.2	4.6	6.1	4.6	3.7	3.3
Sudão do Sul	1.7	0.1	0.9	0.4	0.5	0.9
Tanzânia	25.9	28.4	28.8	27.4	26.3	25.0	4.8	5.3	4.3	3.9	3.8	4.0
Togo ¹	13.4	28.3	25.4	27.5	26.2	26.3
Uganda	16.9	29.8	27.7	26.8	28.9	29.1	4.6	4.3	4.6	3.4	3.4	3.8
Zâmbia ³	26.4	66.6	53.9	2.7	1.3	2.9	3.1	3.3	4.2
Zimbabué ⁴	31.7	26.6	19.8	21.5	23.6	26.3	0.5	0.1	1.3	0.4	0.2	0.2
África Subariana	16.6	26.5	24.6	24.2	24.3	23.8	5.2	5.0	4.6	4.1	4.0	4.1
Mediana	22.8	32.1	30.8	31.1	32.3	31.0	3.8	4.3	4.3	3.7	3.7	3.8
Excl. África do Sul e Nigéria	24.4	36.6	33.9	31.8	31.4	30.4	4.3	3.7	3.6	3.1	2.9	3.1
Países exportadores de petróleo	11.2	20.1	19.5	18.0	17.9	17.8	6.3	6.4	5.6	5.5	5.8	6.1
Excl. a Nigéria	27.6	55.8	45.4	36.1	36.8	36.5	6.7	5.6	4.8	5.1	5.2	5.5
Países importadores de petróleo	20.3	29.9	27.2	27.6	27.7	27.1	4.4	4.3	4.0	3.4	3.1	3.1
Excl. a África do Sul	23.7	32.9	31.4	30.7	30.1	29.0	3.5	3.3	3.3	2.5	2.4	2.6
Países de rendimento médio	14.7	25.2	23.2	23.2	23.9	23.7	5.8	5.8	5.2	4.9	4.8	5.0
Excl. África do Sul e Nigéria	24.6	42.0	37.9	35.7	37.1	36.5	5.4	4.6	4.3	4.0	3.8	4.2
Países de baixo rendimento	24.5	30.5	29.1	27.1	25.2	24.1	2.8	2.8	2.7	2.0	1.9	2.0
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil e afetados por conflito	22.5	32.0	31.1	30.1	30.2	30.0	3.9	4.2	3.9	3.4	3.3	3.6
Países frágeis e afetados por conflitos	11.1	17.2	17.4	16.7	15.7	15.3	4.8	4.8	4.4	4.0	4.0	4.2
Zona do franco CFA	21.0	33.7	30.8	32.2	31.8	30.9	4.6	4.6	4.4	4.1	3.9	3.9
UEMAC	20.9	33.0	28.2	27.1	26.8	26.2	4.2	3.2	3.0	4.2	4.3	4.5
UEMOA	21.3	34.1	32.3	35.3	34.6	33.4	4.9	5.4	5.2	4.1	3.6	3.7
COMESA (membros da ASS)	22.2	30.2	29.1	26.7	25.4	24.0	3.2	3.1	3.1	2.5	2.2	2.4
CAO-5	23.1	31.5	31.3	30.4	31.4	31.3	4.6	4.7	4.5	3.7	3.4	3.7
CEDEAO	9.9	18.6	19.2	19.7	20.1	20.0	5.1	5.2	4.9	4.3	4.4	4.8
SACU	14.9	23.0	18.3	20.3	21.4	21.4	5.9	6.3	5.4	5.3	4.9	4.6
SADC	20.4	32.2	27.0	26.4	26.9	26.5	5.7	5.6	4.8	4.7	4.4	4.4

Ver fontes na página 20.